

Eixo Temático ET-03-006 - Meio Ambiente e Recursos Naturais

ETNOCONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E A PESCA ARTESANAL NA COMUNIDADE SÃO PEDRO NA ILHA DO CAPIM NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PARÁ

Josiel do Rego Vilhena¹, Josielli Assunção Fonseca

¹Prof. Dr. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Abaetetuba, josielvilhena2015@gmail.com; ²Aluna do Curso de Ciências Biológicas, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Abaetetuba, josielli13fonseca@outlook.com.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre a análise do modo de vida dos moradores da comunidade São Pedro na Ilha do Capim área ribeirinho do município de Abaetetuba no Estado do Pará, a comunidade faz parte da chamada Amazônia Tocantina em função da relevância do rio Tocantins que corta toda a região. O rio Tocantins influencia grande parte das atividades econômicas dos moradores da região que predominantemente desenvolvem atividades de pesca artesanal. Diante da realidade apontada acima esse trabalho tem como objetivo entender de quais maneiras são usados os recursos naturais pelos comunitários e quais os princípios que orientam a organização, uso e distribuição destes recursos contribuindo para a perspectiva etnoconservacionista. A metodologia da presente pesquisa ancora-se em uma pesquisa qualitativa a partir de 25 entrevistas em forma de questionários com os moradores da comunidade e observação do seu modo de vida buscou compreender suas principais estratégias e objetivos ao relacionarem-se com a natureza. O estudo tem apontado para o uso de tecnologias eficientes na exploração dos recursos e expectativa negativa com relação à chegada de grandes projetos na região. O trabalho tem somado com uma série de outros trabalhos sobre o modus vivendi das comunidades ribeirinhas dessa parte da Amazônia marcada pela convivência de populações tradicionais e o avanço de grandes empreendimentos econômicos que afetam diretamente os recursos naturais e por consequência das comunidades que dependem diretamente deles.

Palavras-chave: Comunidades Ribeirinhas; Meio Ambiente; Recursos Naturais; Pesca Artesanal.

INTRODUÇÃO

A região da Amazônia Tocantina onde se localiza a área de estudo é apontada por órgãos governamentais para receber uma série de investimentos infra estruturais que possivelmente terão uma série de impactos positivos e negativos na região. Um destes investimentos é o Terminal Portuário de Abaetetuba que será construído na Ilha do Uruboéa próximo a Ilha do Capim onde se localiza a comunidade de São Pedro (CARGILL, 2017).

“Assim como outras empresas exportadoras presentes no Brasil, a Cargill considera a região de Barcarena estratégica para o escoamento de grãos”, disse Clythio Backx van Buggenhout, Diretor de Portos da Cargill, em nota.

Segundo ele, o local foi escolhido por apresentar características que garantem uma operação segura e eficiente, como profundidade adequada e acesso viável para barcas.

O Terminal Portuário de Uso Privado – TUP Abaetetuba é um empreendimento portuário de acesso total através de rios, que receberá cargas de grãos da região Centro-Oeste do país, especialmente dos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Rondônia e Mato Grosso. As cargas de grãos, principalmente soja e milho, serão transportadas através de embarcações pelas águas do rio Amazonas e seus afluentes Tapajós, Tocantins e Madeira, permitindo a

exportação e o transbordo de cargas em todo este circuito, utilizando de um meio de transporte seguro, barato e eficiente na região amazônica.

O terminal em Abaetetuba, onde ocorrerá o transbordo dos grãos das barcaças para os navios graneleiros usados na exportação, terá capacidade de movimentar cerca de 6 milhões de toneladas por ano.

“Para a Cargill, a região Norte é fundamental e, seguindo esta direção, um porto na região de Barcarena completará a matriz logística da companhia na Rota Norte. Somado ao terminal de Santarém, teremos capacidade total de escoar 12 milhões de toneladas de grãos ao ano”, acrescentou Buggenhout.

A companhia ainda conta com terminal portuário em Porto Velho (RO), de onde saem barcaças com destino a Santarém e, futuramente, Abaetetuba.

A empresa informou que protocolou junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará os relatórios EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) referente ao novo terminal.

Impacto ambiental - qualquer alteração das propriedades físico-químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, enfim, a qualidade dos recursos ambientais. (CARGILL, 2017).

Diante dessa realidade da região é importante analisar a dinâmica socioambiental nessas áreas para acompanhar as transformações que impactam os recursos naturais e por consequência as comunidades tradicionais que vivem na localidade.

A etnoconservação é uma idéia que encerra uma crítica ao estilo de desenvolvimento baseado na economia industrial e também a visão romântica da conservação tradicional que despreza a importância das comunidades locais no uso e manutenção dos recursos naturais.

Diegues (2000), um dos principais autores que discute o conceito de etnoconservação, argumenta no sentido da necessidade de valorização da perspectiva dos comunitários e habitantes de longa data de territórios ricos em diversidade biológica. A perspectiva socioambiental desses grupos fundamenta-se em conhecimentos acumulados e transmitidos de geração para geração na busca de suprir necessidades diárias e ao mesmo tempo garantir a recuperação dos recursos para serem utilizados por um longo período.

Diante da perspectiva acima mencionada o presente projeto tem como problemática central a proposta de entendimento de como os pescadores tradicionais do rio Caratateua tem contribuído para a conservação de pescado na região do Baixo Tocantins através da utilização de seus conhecimentos tradicionais acumulados e repassados de geração em geração? Além de buscar formas de potencializar essas estratégias para que sejam difundidas e somadas com outras experiências de conservação exitosas na região.

As populações chamadas tradicionais, ou assim referidas por instituições e na literatura, pelo seu estilo de vida pautado no relacionamento com a natureza e em tecnologias de baixo impacto ambiental, passaram a ser valorizadas na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Daí decorre a idéia de um desenvolvimento “democrático”. É necessário, contudo, levar em consideração a complexidade do termo “populações tradicionais”, que tem suscitado reflexões e análises tanto positivas, por assim dizer, quantas críticas (OSTROM:2002).

As populações tradicionais são aqui entendidas como aquelas que habitam o interior da Amazônia, cuja relação com a natureza é marcada por um processo adaptativo herdado culturalmente de antigos grupos nativos da região. Dentre elas, destacam-se populações ou comunidades geralmente designadas por outro termo que hoje ganha conotações políticas: as ribeirinhas, quando se trata daquelas que habitam às margens dos rios nesta região, vivendo da extração e manejo de recursos florestais e aquáticos e da pequena agricultura.

Diante da realidade apontada acima esse trabalho tem como objetivo entender de quais maneiras é usado os recursos naturais pelos comunitários e quais os princípios que orientam a organização, uso e distribuição destes recursos contribuindo para a perspectiva etnoconservacionista.

METODOLOGIA

O presente trabalho está sendo desenvolvido em várias fases, a partir da pesquisa bibliográfica centrada na abordagem qualitativa sociológica, ou seja, análise de conteúdos referentes às demandas teóricas das categorias trabalhadas, considerando também trabalhos importantes para essa discussão na área da ecologia ou áreas afins, principalmente na elucidação de algumas questões sobre os conceitos de populações tradicionais. Fez-se necessário também tomarmos como referência à abordagem da Ecologia Humana desenvolvida por Moran (1990) confrontando com diversas perspectivas, com o intuito de dar uma visão integrada de áreas do conhecimento que possam contribuir na reflexão social acerca dos problemas ambientais que envolvem a região estuarina amazônica.

Posteriormente, partiu-se para observação junto aos grupos investigados, entrevistas com os membros dos grupos ou pessoas direta ou indiretamente envolvidos na questão e, por fim, análise de documentos. Esses procedimentos foram adotados devido à necessidade de aproximação com grupos de pescadores artesanais da comunidade.

A pesquisa exploratória e a pesquisa de campo foram fundamentais para o levantamento dos dados que estão sendo analisados posteriormente e darão origem aos relatórios parcial e final que subsidiarão futuras produções científicas.

A etapa de análise e sistematização dos dados esta garantindo a produção de trabalhos científicos consistentes além da elaboração de relatórios parciais e o relatório final para prestação de contas e divulgação da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os levantamentos oriundos dos questionários aplicados, das observações junto a comunidade, dos documentos analisados e das frequentes visitas apontam para informações que estão sendo tratadas como análises parciais e carecerão de aprofundamento e mais confirmações.

Segundo o relatório de impactos ambientais - RIMA, a partir dos estudos realizados para conhecer melhor a região, foram identificados os impactos ambientais que o empreendimento poderá gerar no local em questão, em suas diferentes fases. Para todos os impactos identificados, sendo estes positivos ou negativos, foram propostas medidas e ações que de alguma forma eliminem ou reduzam os impactos negativos ou então que reforcem os efeitos dos impactos positivos.

Desse modo os possíveis impactos que a empresa vai trazer para região podem ser de forma física como aumento do barulho por conta das obras do TUP Abaetetuba e a sua operação podem produzir barulho, causados principalmente pela movimentação de máquinas e veículos, na fase de implantação e de caminhões e barcas na fase de operação, poluição do ar sendo que ocorrerá no período de construção quanto na operação do Terminal haverá uma grande movimentação de máquinas e veículos, aumentando a quantidade de fumaça e poeira na região, podendo alterar a qualidade do ar e riscos de contaminação das águas através da construção das obras e operação do terminal é possível que as atividades realizadas contaminem o lençol freático através de produtos como óleos, graxas e combustíveis, ou até mesmo através do armazenamento de grãos (sendo muito menos provável).

Além disso, pode ocorrer poluição no meio biótico durante a construção sendo esses o aumento de mosquitos após o corte das matas e início das obras do terminal, poderão surgir criadouros de mosquitos, originados pelo acúmulo de lixo e impermeabilização do solo. Este aumento de mosquitos poderá elevar a taxa de incidência de doenças transmitida por insetos.

Mais também ocorrerá a multiplicação de pragas por causa da modificação da paisagem natural, poderão surgir novas espécies que não são naturais da área de implantação do TUP, se comportando como pragas. Estas poderão competir por habitat e alimento com outras espécies, causando alterações na cadeia alimentar, extinções, etc.

Ocorrerão também impactos socioeconômicos como Interferência na atividade pesqueira o aumento do tráfego de embarcações na hidrovia e as atividades de carregamento hidroviário dos comboios e barcas poderão, eventualmente, gerar interferências nas atividades pesqueiras, modificando as rotas pesqueiras atualmente utilizadas pelos pescadores locais e produzindo efeitos nas condições da fauna aquática. À proporção que Patrimônios Históricos, Culturais e Arqueológicos com a implantação do empreendimento, com movimentação de solo poderá causar impactos sobre os bens culturais materiais e imateriais existentes no local, trazendo prejuízos que poderão ser irreversíveis. Sendo que, ocorrerá também Interferência na navegação por causa do aumento do tráfego de embarcações na hidrovia no período de implantação do empreendimento, bem como durante sua operação, poderá, gerar interferências e/ou limitações nas atividades de navegação na região abrangida pelo empreendimento, podendo resultar na interferência da dinâmica do transporte aquático e então em consequentes manifestações sobre o assunto.

Uma vez que a maioria desses possíveis impactos irá trazer prejuízos para as comunidades que estão localizadas na Ilha de Uruboéoa, tal qual, acarretará os meus impactos socioambiental na comunidade São Pedro, que localiza-se na Ilha do Capim que fica nas proximidades da construção do porto.

A comunidade de São Pedro localiza-se na Ilha do Capim área ribeirinha do município de Abaetetuba no Estado do Pará, tem uma população estimada em cerca de 60 famílias e a principal atividade produtiva desempenhada na localidade é a de pesca artesanal e o manejo de açaí além de outras atividades. Sendo que, a maioria dos moradores é analfabetos, tal qual, tem o ensino fundamental incompleto.

Os principais meios de transporte utilizados na comunidade são pequenos barcos a motores conhecidos como rabetas para deslocamentos até a cidade de Abaetetuba que fica a cerca de 20 minutos da ilha. Para outros deslocamentos mais curtos dentro da comunidade são utilizados as canoas a remo.

A comunidade esta próxima a uma área que recebera um Terminal Portuário de grande porte para escoamento de grãos o que tem provocado preocupações nos moradores principalmente em relação às atividades pesqueiras.

As principais preocupações dos moradores da comunidade é com a poluição dos rios e os prejuízos as praticas de pesca artesanal na área por conta da grande circulação de embarcações o que pode afugentar os cardumes de peixes.

Segundo relato dos moradores da Comunidade de São Pedro a construção do porto irá afetar toda a vida cotidiana da comunidade, pois eles relataram que com a construção do Terminal Portuário de Abaetetuba- Pá a pesca será afetada por conta que vai ter muita movimentação de embarcadas e isso irá afetar os cardumes de peixe que vivem naquela localidade. Além disso, conseqüentemente poderá ocorrer a poluição das águas isso acarretará sérios prejuízos, pois a comunidade utiliza a água do rio para lavagem de roupas, na preparação da alimentação e entre outras coisas.

Contando que, com a falta de escolaridade e experiência de trabalho em relação ao TUP Abaetetuba, os moradores da comunidade não tem condições de trabalhar no investimento que irá ter nas proximidades, uma vez que, o mesmo implicará no tráfego de embarcações na hidrovia no tanto período de implantação do empreendimento, como durante sua operação, sendo que poderá, gerar interferências ou limitações nas atividades de navegação na região abrangida pelo empreendimento, podendo resultar na interferência da dinâmica do transporte aquático, conseqüentemente, irá interferir no transporte do açaí, pois a comunidade faz a venda do manejo do açaí na cidade de Abaetetuba-PA ou Barcarena-PA.

Segundo o relatório de impactos ambientais - RIMA, Com base no Estudo de Impacto Ambiental, uma série de medidas para prevenir, corrigir, amenizar ou compensar os impactos

negativos e ampliar os aspectos positivos foram criados. Essas medidas compõem os Planos e Programas Ambientais que serão executados durante todas as etapas do empreendimento, do início das obras até sua fase de funcionamento.

De acordo com a comunidade mesmo com todos esses programas não vai conter os danos que irá ocasionar na comunidade como ambiental físico, biótico, socioeconômico e até mesmo cultural e patrimonial tanto material como imaterial.

CONCLUSÕES

Até o momento a pesquisa tem apontado para uma comunidade cuja relação com os recursos naturais tem se mostrado equilibrada, uma vez que o objetivo organizativo dos mesmos volta-se para as atividades de subsistência e pequenas atividades comerciais em que a margem de lucro é mínima.

Em termos teóricos a discussão de Diegues (2000) sobre etnoconservação contempla muitas das características observadas na comunidade São Pedro em destaque pode citar: respeito aos ciclos naturais de reprodução das espécies; profundo conhecimento dos ciclos da natureza; limitado impactos dos apetrechos de pesca, etc.

As características observadas apontam para práticas etnoconservacionista que mesmo não podendo idealiza-las demonstram potencial de equilíbrio na relação sociedade natureza.

Percebe-se a sinalização de ameaças a este modo de vida em função dos grandes empreendimentos econômicos que já começaram sua instalação na região e que tem causado preocupação com o futuro de atividades tradicionais como a pesca artesanal na área.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, R. Histórico do povoamento da Amazônia. In.: HÉBETTE, J. (Org.). **Natureza: tecnologia e sociedade**. Belém: UFPA/NAEA, 1988.
- ANDERSON, S. Engenheiros de várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In. LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (Orgs). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém, MPEG, 1991.
- CARGILL AGRÍCOLA. Relatório de Impacto Ambiental do Terminal Portuário de Uso Privado de Abaetetuba. 2017
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTO, F. (Orgs.). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP-NAEA, 1997.
- DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DIEGUES, A. C. Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma Sócio-Antropologia do mar. In: **Pesca artesanal tradição e modernidade**. São Paulo: 1989.
- HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário amazônico. In: FURTADO, L. G; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Orgs.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- MAUÉS, H. **Uma outra invenção da Amazônia**. Belém: CEJUP, 1999.
- MELLO, A. F. **A pesca sobe o capital, a tecnologia a serviço da dominação**. Belém: UFPA, 1985.
- MORAN, E. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAN, E. **Adaptabilidade Humana**: uma introdução à antropologia ecológica. São Paulo, EdUSP, 1990.

OSTROM, E. **Em gobierno de los bienes comunes**: la evolucion de las instituciones de acción coletictiva. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.

OSTROM, E. Reformulando los bienes comunes. In: SMITH, R. C.; PINEDO, D. **El cuidado de los bienes comunes**: gobierno y manejo de los lagos y bosques em la Amazonía. Lima: IEP, 2002.

SANTOS, G.; MÉRONA, B. Impactos imediatos da UHE Tucuruí sobre as comunidades de peixe e pesca. In: MAGALHÃES, S.; BRITO, R.; CASTRO, E. (Orgs.). **Energia na Amazônia**. Manaus: MPEG, 1996.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SHUBART, H. **Ecologia e utilização das florestas**. In: SALATI, et al. **Amazônia, desenvolvimento integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.